

CRIME SEM CASTIGO

Corrupção impune

Só 27% das investigações viram denúncias; baixo percentual segue tendência de outros crimes

VINÍCIUS SASSINI
vinicius.jorge@sb.oglobo.com.br

BRASÍLIA. A Lava-Jato é uma investigação que já produziu, até agora, 31 denúncias à Justiça Federal no Paraná, calcadas numa variedade de provas que dificultam os argumentos de defesa de 143 investigados. A operação e a forma como Polícia Federal (PF) e Ministério Público Federal (MPF) atuam, conectados entre si e a outras instituições de controle, alteraram paradigmas sobre punição a crimes de corrupção e de colarinho branco. Uma pesquisa pioneira sobre o resultado das investigações desse tipo de crime em todo o país revela, porém, que a Lava-Jato pode ser uma ilha, até mesmo no Paraná. Apenas 27,7% dos inquéritos policiais concluídos em todos os estados e no Distrito Federal resultaram em denúncias à Justiça Federal, conforme o estudo. A grande maioria dos procedimentos acaba arquivada — seguindo a tendência identificada em inquéritos que investigam outros tipos de crimes.

Pela primeira vez, desde a existência de uma base de dados confiável para esse tipo de análise, é possível mensurar a efetividade das investigações dos crimes de corrupção e de crimes financeiros e contra a economia. Patrocinado pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) e coordenado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o estudo "A investigação e a persecução penal da corrupção e dos delitos econômicos: uma pesquisa empírica no sistema de Justiça Federal" usou a base de dados do Sistema Único do MPF de 2012, ano considerado confiável para os cruzamentos estatísticos.

Quatro unidades da federação foram selecionadas para uma análise mais detalhada: DF, Paraná, Pernambuco e São Paulo. O levantamento será discutido em simpósio da ESMPU amanhã e terça-feira, com a presença do procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Chamou a atenção dos pesquisadores a baixa taxa de denúncias, em relação aos inquéritos policiais concluídos em 2012, em estados mais populosos e desenvolvidos do país. Em São Paulo, apenas 8,13% dos inquéritos por corrupção e crimes financeiros terminaram em denúncias do MPF à Justiça — o índice só é melhor do que o registrado no Acre e em Roraima. No Rio, a proporção é de 10,70%. Uma análise detalhada dos crimes revela um avanço ainda menor das investigações. De 100 inquéritos encerrados em São Paulo após apurar corrupção ativa e passiva, apenas cinco (4,82%) terminaram em denúncias. A proporção para peculato e sonegação de contribuição previdenciária é ainda menor.

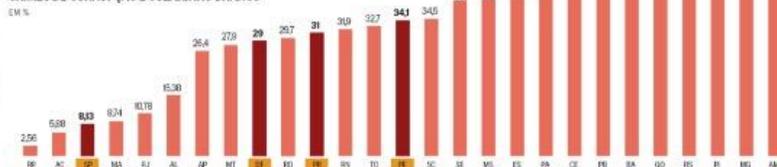
Arquivamentos ocorrem mais por causa da prescrição e da falta de provas, e não porque as investigações constatarem a inocência dos acusados

A pesquisa, finalizada este mês e obtida pelo GLOBO, fez também uma análise qualitativa de processos, usando para isso os procedimentos abertos no DF. Os pesquisadores constataram que os arquivamentos ocorrem em sua maioria por conta da prescrição e da falta de provas, e não porque as investigações constatarem a inocência dos acusados.

Além de corrupção e colarinho branco, outros nove crimes foram considerados no recorte da

INVESTIGAÇÃO QUE NÃO PROSPERA

PROPORÇÃO DE DENÚNCIAS EM RELAÇÃO AOS INQUÉRITOS CONCLUÍDOS E QUE APURARAM CRIMES DE CORRUPÇÃO E COLARINHO BRANCO



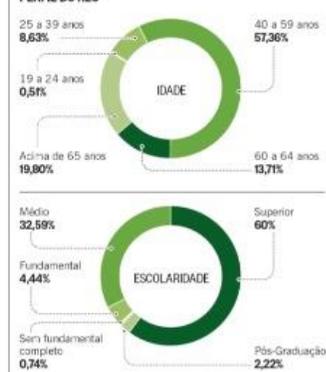
Tipos de crimes	SP	DF	PR	PE
Corrupção ativa e passiva	25,92	25,00	37,93	4,82
Peculato	39,64	34,38	27,27	4,29
Inserção de dados falsos em sistema de informações	15,38	66,67	0	0
Sonegação de contribuição previdenciária	0,00	10	37,50	4,26
Crimes contra a ordem tributária	38,61	39,66	37,04	9,49
Crimes contra o sistema financeiro nacional	33,33	46,95	14,71	10,70
Crimes contra a lei de licitações	17,58	25	19,35	16,23
Lavagem de dinheiro	16,67	50	7,14	8,21

FORTE DA INFORMAÇÃO QUE MOTIVOU ABERTURA DE INQUÉRITO POLICIAL*

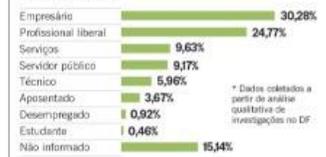


Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

PERFIL DO RÉU



PROFISSÃO DO RÉU*



* Dados coletados a partir de análise qualitativa de investigações no DF

Edição de Arte

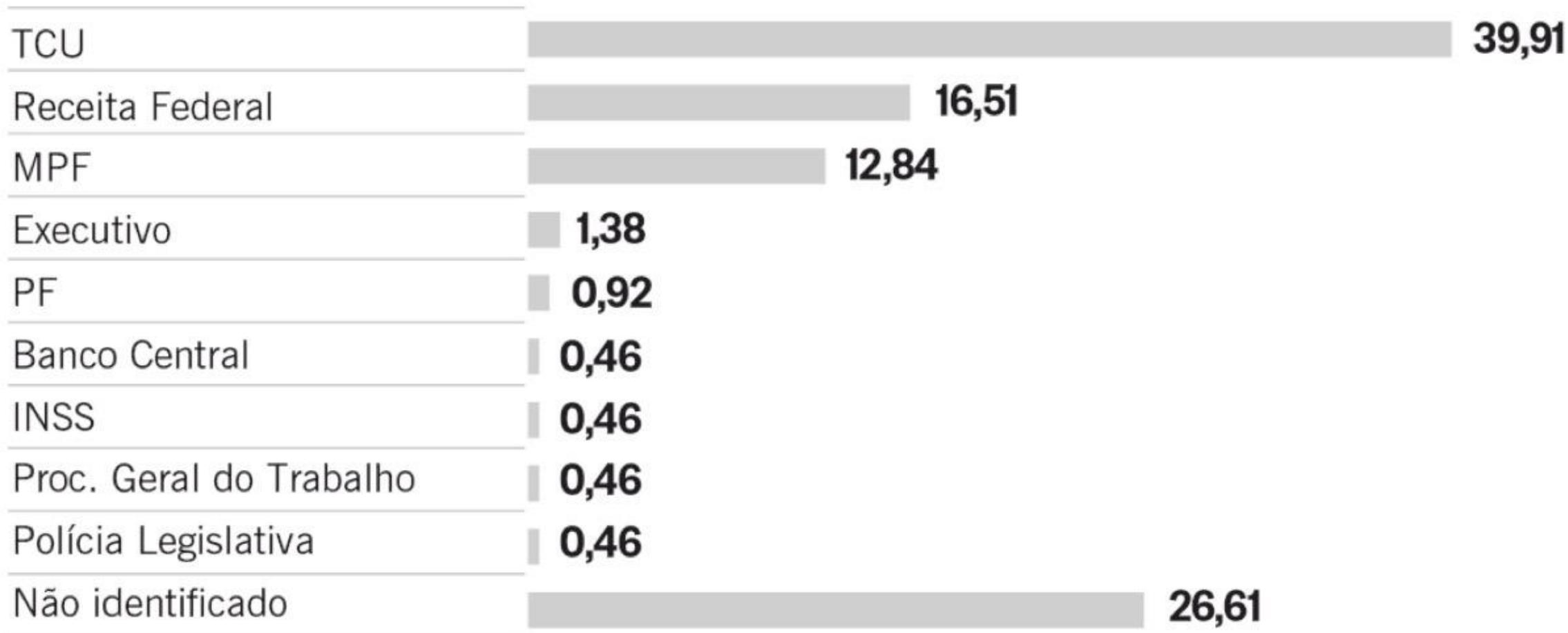
Falta de articulação entre órgãos dificulta o processo

Demora na comunicação dos fatos à polícia contribui para crimes prescreverem

pesquisa, doutor em Sociologia Jurídico-Penal e pesquisador na Universidade de Brasília (UnB). Na análise qualitativa dos inquéritos no DF, a pesquisa constatou a importância da atuação con-

minalidade comum a maior parte dos acusados é jovem e possui poucos anos de estudo, aqui a maior parte deles está na faixa dos 40 a 59 anos, e o segundo lugar é ocupado pela faixa etária aci-

FONTE DA INFORMAÇÃO QUE MOTIVOU ABERTURA DE INQUÉRITO POLICIAL*



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública